

# Vereadores propõem CPI no Meio Ambiente

Destituição do Comdema, em novembro do ano passado, e emissão de licenças ambientais motivam requerimento

■ Márcio Reinheimer  
marcio@jomalibia.com.br

Os vereadores Renato Kranz (PTB), Ari Müller (PDT), Gustavo Zanatta (PP) e Marcos Gehlen (PT) protocolaram ontem requerimento propondo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara para investigar pretensas irregularidades na Secretaria Municipal de

Meio Ambiente. O pedido foi lido na sessão e começa a ser avaliado terça-feira pela Comissão Geral de Pareceres. A instalação exige o voto de seis dos dez legisladores.

A base da investigação é a destituição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), no dia 29 de novembro do ano passado. Segundo os autores, a atitude do prefei-

to Luiz Américo Aldana foi intempestiva e ditatorial. Além disso, eles alegam que a Administração Municipal não atendeu a uma recomendação do Ministério Público, para a suspensão da emissão de licenças até a solução do impasse e a reativação do órgão.

“A comunidade assistiu perplexa à forma intempestiva, surpreendente e espetacularosa com que a Administração Municipal interveio no Conselho Municipal de Meio Ambiente, que desenvolve um trabalho extremamente importante

na prevenção, orientação e fiscalização das atividades referentes ao meio ambiente em nosso município”, diz o requerimento. Os vereadores ressaltam que a legislação ambiental vigente deu mais poderes ao órgão, transformando-o em instrumento fundamental para a garantia da preservação dos ecossistemas. “A forma ditatorial com que foram recolhidos projetos que estavam sob análise do Comdema, a desativação do mesmo sob o argumento de que algumas entidades que o compõem não haviam

substituído seus representantes, mesmo depois de esgotado o prazo, não nos parece correta”, acrescenta o documento.

Para os autores do pedido, o mais grave é que a Administração não cumpriu a recomendação do MP, expedindo licenças ambientais sem parecer do Conselho. O grupo lança suspeitas sobre a situação. “Primeiro, desativou o principal mecanismo de controle social das ações do Executivo em relação ao meio ambiente e depois não cumpriu a recomendação 09/2015 do Mi-

nistério Público. É preciso esclarecer estas questões, para a lisura do processo, cumprindo com as prerrogativas constitucionais”, acrescentam Renato, Zanatta, Ari e Gehlen.

Caso o requerimento seja aprovado, esta será a terceira CPI na atual legislatura. As anteriores, em 2013 e 2014, investigaram irregularidades na coleta do lixo e na suspensão do processo de implantação do sistema de videomonitoramento. Ambas ocorreram na gestão do ex-prefeito Paulo Azeredo.

## SAIBA MAIS

- Os integrantes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente foram destituídos em 29 de novembro do ano passado, quando a Administração mandou recolher todos os processos que estavam em poder do órgão;  
- o prefeito alegou que as portarias de nomeação estavam vencidas desde julho e que alguns integrantes participavam da entidade há mais tempo do que a lei permite;

- já a direção afirmou que a Administração sabia de tudo isso há meses e que estavam sendo planejadas alterações na legislação e na própria composição. As mudanças seriam feitas de uma só vez;  
- integrantes afastados chegaram a sugerir, na época, que contrariavam interesses de grupos empresariais e, por isso, teriam sido removidos. Também pediram, já em setembro, a abertura de uma CPI.

## Secretário diz que objetivo é desgastar imagem do prefeito

Para o secretário municipal de Meio Ambiente, Carlos Alberto da Silveira Junior, a CPI, caso aprovada, servirá apenas para comprovar que a Administração Municipal agiu dentro da lei e fez o seu dever. Ele também acredita que a investigação é uma manobra para

tirar o foco do governo das obras em andamento. “Querem fazer a gente perder tempo para que a Administração pare. Com certeza, o objetivo é desgastar o prefeito em virtude das eleições”, acusa.

Carlos Alberto explica que a antiga composição

do Comdema foi destituída porque seus membros atuavam de forma irregular. As portarias de nomeação estavam vencidas. “Pedimos a documentação que estava em poder deles e eles se negaram a entregar, o que nos levou a buscá-la na sede da entidade”, ressalta.

Sobre a emissão de licenças, garante que a recomendação do MP foi seguida à risca. “Ficamos sem licenciar qualquer obra de 27 de novembro de 2015 a 7 de janeiro deste ano, quando os novos componentes já haviam sido nomeados”, assegura.